

1. As Favelas na Cidade do Rio de Janeiro

1.1. Favela: Imagens e Representações

É importante começar uma dissertação, especialmente esta, que se debruçará sobre a análise de um local que comporta muitos nomes diferentes, com um ensaio que pretende conceitualizar e discutir as diversas definições de favela. Ainda mais pertinente é buscar o entendimento de como estas imagens e representações foram construídas e consolidadas ao longo dos anos. E, também, quem as formatou ou contribuiu para a formação das mesmas.

Como preâmbulo inicial para o começo de discussão, vale citar Machado (2002), em um fragmento em que o autor já inverte um pressuposto que é muito aventado quando a palavra “favela” vem à tona:

Antecipando os contornos gerais do argumento, devo dizer de início que compartilho inteiramente da perspectiva que sustenta aquela tese, ou seja, que o analista não pode definir a favela ou, de resto, qualquer configuração social a partir das características, meios ou recursos que lhe faltam (mas é bom não esquecer que a percepção social pode fazê-lo e frequentemente o faz), sendo esse um dos aspectos do “problema da favela” a investigar.¹

Portanto, na busca por definições, primeiramente é preciso a desconstrução de conceitos e estereótipos prévios. Como Machado frisou certamente, o modo como um pesquisador estuda a favela não pode possuir o mesmo viés daquele que a enxerga sob uma ideia pré-agendada, fruto de uma simples “percepção social”.

A análise se inicia com um debate terminológico. Existem muitas palavras para se tratar de favela. A mesma pode ser chamada segundo o politicamente correto atualmente, que ensina a falar em "comunidade". Ou ainda ser referida como "morro", geralmente quando uma antítese com o "asfalto" é aventada. Geralmente, apenas em trabalhos acadêmicos ou livros o termo “favela” é utilizado. O fato de existirem muitas palavras não pode ser considerado um mero acaso. Indica que há uma disputa conceitual acontecendo por trás de tantos nomes. E é importante se perguntar quais são as origens em que repousam estas

¹ MACHADO, Luiz Antônio. A Continuidade do “Problema da favela”. In: Cidade: História e Desafios. Lúcia Lippi Oliveira (Org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. P.223

definições.

Como ilustração dessa problemática, há, por exemplo, o depoimento do jovem cineasta Bruno Duarte, de 26 anos, que trabalha na Agência de Redes para Juventude, uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) que atua em 7 favelas na cidade do Rio de Janeiro. Segundo ele, o treinamento para trabalhar na instituição começa com o coordenador do projeto, Marcos Vinicius Faustini, ex-secretário de cultura de Nova Iguaçu, postulando que, para o exercício do trabalho, as favelas serão renomeadas de "territórios". De acordo com Faustini, definir outra palavra é importante porque a pretensão da agência é não reproduzir as duas imagens que seriam predominantes acerca deste conceito: ou as favelas sendo enxergadas como local da falta, da ausência, ou como um espaço romantizado, idealizado como tranquilo e com uma visão privilegiada do alto do morro. Assim como a OSCIP postula, no site da UPP Social, projeto promovido pela prefeitura carioca em favelas pacificadas, também estes espaços são chamados de "territórios".²

O preâmbulo acima expressa bem a discussão conceitual que permeia a análise das favelas. Para iniciar a reflexão, é essencial definir com clareza o que vai ser tratado e como nomear este objeto de estudo.

Provavelmente, não será possível postular e disseminar aqui uma conceitualização fechada, que se esgote em ela própria. Isso acontece pelo fato de "favela" ser alvo de uma disputa conceitual histórica, como já foi comentado. Seria mais simples se a explicação se resumisse à etimologia da palavra, que corresponde ao nome popular de uma planta da espécie *Cnidoscopus Quercifolius*. Em 1897, este vegetal encobria o morro que posteriormente passaria a se chamar Morro da Providência, mas que, a época, era conhecido como Morro da Favella, justamente pela abundância da tal planta. Apenas na segunda década do século XX, a palavra passou a nomear todas os locais onde eram erguidas habitações precárias sobre morros no Rio de Janeiro.

A origem da palavra "favela", no entanto, não é suficiente para abrigar todas as significações que, atualmente, já estão embutidas no nome. Ao longo do

² Site da UPP Social: www.uppsocial.org

tempo, essa palavra passou a designar locais pobres, mas não necessariamente sendo erguidos sobre morros. Na própria cidade do Rio, por exemplo, uma das "favelas" mais conhecidas é a Cidade de Deus, na Zona Oeste, que contém becos e vielas, mas não está no alto de um monte. É interessante observar como o significado do nome extrapolou sua etimologia genuína. Pensar em favela não é mais falar da planta do final do século XIX, mas sim se remeter a muitos outros conceitos, que da história original talvez só conserve a ideia de pobreza. Todos os outros significados foram se acoplando à medida que as favelas foram crescendo e o seu fenômeno emergindo em outros lugares, tanto dentro do Brasil quanto fora do país.

A respeito do fato de “favela” estar se consolidando como uma palavra internacionalmente conhecida, é profícua a observação de que alguns nomes em português, como "feijoada" ou "caipirinha" não contém uma tradução exata em outras línguas, sendo consideradas então "produtos" genuinamente nacionais. No caso de "favela" a palavra contém até uma versão, em inglês, por exemplo, se chamaria de "slums", em francês seria “bidonville”, mas esse nome já está tão internacionalmente compartilhado que muitos estrangeiros acabam não traduzindo o conceito, e se referem àquelas habitações que consideram precárias no Rio utilizando a palavra em português mesmo. Esta é uma das expressões da dimensão que as favelas obtiveram nos últimos anos. Obviamente, o problema é que nem sempre o reconhecimento da existência de determinado fenômeno urbano traz consigo melhorias para a vida dos moradores do local.

Enfim, atualmente, não existem mais plantas da espécie *Cnidoscuros Quercifolius* nas favelas, que estão adensadas em uma grande quantidade de casas, lojas ou as chamadas “biroscas”. Áreas verdes, com árvores e jardins, são escassas. Estes espaços estão em constante mutação, e não poderia ser diferente quando se trata de processos sociais. É um exercício árduo de imaginação pensar que o conceito de favela não iria extrapolar a imagem de um vegetal que encobria os morros há mais de 100 anos. Naturalmente, estes locais sofreram diversas modificações, e, provavelmente, vão continuar nessa dinâmica por quanto tempo existam.

Muitos autores e cientistas sociais também procuraram definir e discutir o conceito de “favela” a fim de compreender melhor o que é este objeto de estudo. Por exemplo, para Marcelo Burgos (2007), a definição de favela perpassa por aquilo que esta à margem da cidade, portanto poderiam se enquadrar nesta categoria qualquer bairro ou conjunto de habitações que estão "fora" daquilo que se imagina como ideário de determinado local. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, há espaços extremamente desenvolvidos e modernos, como os bairros do Leblon ou Ipanema, na Zona Sul, que ajudam a construir um ideal de cidade que não comportaria lugares mais empobrecidos. Por sua vez, estes locais pobres, independente de sua forma, sejam eles em morros ou asfaltos, seriam chamados de "favelas". Não importa tanto o modelo com que as casas estejam dispostas ou as peculiaridades de cada território, contanto que sua paisagem contenha habitações identificadas como "pobres". Automaticamente, a classificação que se reserva a estes espaços é "favela".

Para os sociólogos Anthony Leeds e Elizabeth Leeds (1978), a palavra "localidade" contempla de forma eficaz os lugares conhecidos como favelas. De acordo com os autores, as localidades se caracterizam por serem pontos de interação, onde uma complexa teia de interações é tecida. São também sistemas altamente flexíveis de adaptação humana. Nas palavras de Leeds: "As localidades são quase sempre caracterizadas por uma certa autonomia em relação aos organismos e instituições externas, por uma certa habilidade em se relacionar com estes como corpos independentes."³

Ademais, um importante ponto ressaltado por Burgos é o fato de como a chamada "cultura da violência" modificou a conceitualização de favela. Os altos índices de criminalidade registrados nestes espaços a partir da década de 80, e que tem a sua expressão mais pungente no domínio que traficantes ou milicianos começaram a exercer sobre os territórios, definitivamente produziram um estigma negativo. Claramente, esta representação acabou por se estender aos moradores das favelas, que passaram a sofrer forte discriminação devido à associação imediata destes indivíduos com criminosos.

³ LEEDS, Anthony, LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. P.36. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

É pertinente lembrar que durante muitas décadas de existência das favelas não havia índices altos de violência nos locais. Inclusive, pode-se afirmar que estava presente no imaginário das pessoas certa romantização e idealização acerca da ideia de morar no morro, considerado um local tranquilo e com uma bela vista para o resto da cidade. Este conceito está muito bem identificado na música do compositor Cartola, gravada em 1974. Dizem os versos: "Alvorada lá no morro que beleza/ Ninguém chora não ha tristeza/ Ninguém sente dissabor/ O sol colorindo, é tão lindo, é tão lindo/ E a natureza sorrindo, tingindo, tingindo." A canção e sua visão idealizada sobre o espaço representam uma das maneiras de significar a favela e é uma das muitas contribuições importantes para a formação do conceito.

A constituição de uma imagem sobre determinado objeto é uma construção coletiva. Mesmo que a visão seja fruto de apenas um indivíduo, há crenças sociais compartilhadas embasando e estruturando de alguma forma este recorte. No caso específico da busca por uma definição de "favela", esta é uma das barreiras encontradas ao longo do percurso. Claramente, há uma produção de imagens em torno de todos os objetos possíveis de conceitualização, entretanto, no caso das favelas, muitos estereótipos, representações e estigmas, algumas vezes totalmente distintos, estão envolvidos. Este fato dificulta ainda mais uma conceitualização hermética.

Pode-se afirmar que diversos atores sociais contribuem para a elaboração das imagens em torno da favela. Estes são os moradores do local e também de outros bairros na cidade do Rio, a mídia, o governo, as ONGs e instituições estrangeiras que atuam em trabalhos dentro da comunidade, os políticos que exercem influência no espaço, os pesquisadores e acadêmicos e outros que de alguma forma estejam envolvidos com a questão. Estas imagens produzidas tendem a ser diferentes, já que cada sujeito possui uma experiência e uma memória acerca do objeto. Patrícia Birman (2008) completa: "Contudo, não encontramos unanimidade em relação a essas identificações. De certo modo, todos os atores participam, contra ou a favor, das controvérsias relativas às políticas de

governo e aos fundamentos identitários que permitem a sua efetivação”.⁴

Ademais, há muitas vezes interesses escusos em torno da constituição de determinado estereótipo em torno das favelas. Por exemplo, seria no mínimo ingênuo considerar que há neutralidade na forma com que a grande imprensa noticia os fatos ocorridos nestes espaços. A verdade é que todas as representações produzidas, não importa qual ator social as esteja construindo, contém parcialidade, pois são frutos de histórias ou ideias que possuem alguma parcela de subjetividade ao fim e ao cabo. Valladares (2005) também questiona a produção de determinadas imagens acerca das favelas:

Porque será, então, que as mudanças recentes, mais do que evidentes e confirmadas pelo próprio recenseamento, não parecem abalar os defensores dos dogmas? Como explicar essa resistência? Haveria algum interesse em fazê-los perdurar? Até que ponto sua persistência no imaginário coletivo traria benefícios às favelas e aos seus habitantes? É verdade que o “turismo social” depende de uma imagem exótica, é verdade que os jornalistas, a mídia e escritores preferem, sem dúvida, essa imagem um tanto fascinante de um universo que seria marginal, diferente e com especificidades locais.⁵

E, dentro dessa discussão, sobre os interesses ou intenções na produção de determinadas imagens sobre a favela, vale destacar o uso da palavra “comunidade”. Tal termo, cunhado como sinônimo de favela, principalmente pela mídia ou por atores externos ao local (embora moradores comumente o utilizem também), carrega em si uma espécie de eufemismo. Como a palavra “favela” ou “favelados” ganhou uma conotação pejorativa nas últimas décadas, é evitado a utilização do termo, com o objetivo de se “suavizar” o discurso.

Muito embora essa tentativa possa vir com uma intenção ingênua, é importante pensar até que ponto a utilização de “comunidade” não serve apenas para mascarar a real imagem que as pessoas possuem sobre as favelas. Trocar “favela” por “comunidade” no momento do discurso não modifica a percepção. A mudança pode se estabelecer no plano da linguagem, mas não significa necessariamente que as representações se modificaram. A identificação com os traços negativos existentes nas favelas é capaz de permanecer, mesmo se a pessoa chamar estes espaços de “comunidades”. (BIRMAN, 2008).

⁴ BIRMAN, Patrícia. *Favela é Comunidade?* P.104/105 In: *Vida Sob Cerco: Violência e Rotina nas Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

⁵ VALLADARES, Licia. *A Invenção da Favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. P.158.

O conceito de fato social, postulado pelo pensador francês Emile Durkheim na obra *As Regras do Método Sociológico* (1895), dialoga com a busca por definições a que este tópico se propõe a realizar. De acordo com o sociólogo, os fenômenos sociais se impõem aos indivíduos, tendo natureza coercitiva. Então, seria complicado falar em constituições conceituais que se abstenham de conteúdo social e subjetivo. Nas palavras de Durkheim:

Esse fenômeno (o social) é um estado de grupo, que se repete nos indivíduos porque se impõe à eles. Ele está em cada parte porque está no todo, o que é diferente de estar no todo por estar nas partes. Isso é sobretudo evidente nas crenças e práticas que nos são transmitidas inteiramente prontas pelas gerações anteriores; recebemo-las e adotamo-las porque, sendo ao mesmo tempo uma obra coletiva e secular, elas estão investidas de uma particular autoridade que a educação nos ensinou a reconhecer e a respeitar. Ora, cumpre assinalar que a imensa maioria dos fenômenos sociais nos chega dessa forma.⁶

Portanto, é importante mencionar que essas reproduções acerca da favela são constituídas por diversas ideias, muitas delas conceitos pré-concebidos que, como ressalta Durkheim, são transmitidas aos indivíduos geralmente através da própria educação. Robert Dahl, em seu clássico livro *Poliarquia: Participação e Oposição*, obra que data de 1972, também afirmava que as chances de exposição e uma consequente absorção de determinada ideia dependiam do fato da mesma estar presente ou não no ambiente em que o sujeito convivia e crescia. Ademais, se os portadores de certa crença exercem uma forte influência na pessoa durante o processo de socialização, maiores são as possibilidades de o indivíduo adquirir a mesma ideia.

Para dificultar mais o caminho acerca da busca pelas representações e imagens das favelas cariocas, há o inegável fato de as mesmas possuírem uma história tortuosa e cheia de conflitos, mas que não deve de maneira alguma ser apreendida em linhas gerais, sem levar em conta suas nuances e particularidades. Cada local identificado como “favela” comporta sua própria memória. E é comum a formação destes tais conceitos pré-concebidos e homogêneos, baseando-se somente em situações de violência ocorridas em determinados contextos. Mas, para uma análise profícua, é necessário um olhar que se aprofunde na problemática e não apreenda partes como regras gerais para o todo.

⁶ DURKHEIM, Emile. *As Regras do Método Sociológico*. P.9. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Este assunto será mais bem detalhado no próximo tópico. Todavia, quando se trata de abordar a trajetória que as favelas possuem em mais de 100 anos do surgimento do primeiro espaço reconhecido como tal, é de relevância ressaltar que as mesmas carregam diversos acontecimentos importantes e marcantes ao longo de sua história. Elas já foram classificadas pelo poder público como "aberração social nociva"⁷ na década de 50, e seus moradores sofreram com as transferências e tentativas de remoção, frequentemente através do uso da força, praticadas neste período. Um dado interessante levantado e divulgado no livro *A Sociologia do Brasil Urbano* (1978), de Elizabeth Leeds e Anthony Leeds, dá conta que, de acordo com uma pesquisa realizada, já naquela época, existia um estigma negativo associado aos moradores de favelas no Rio. Mitos acerca da vida nestes espaços também eram comuns.

Portanto, nas décadas de 1940 e 50, as favelas sequer eram locais considerados violentos e já existia a produção de imagens pejorativas. Então, é esperado que esta reprodução negativa permaneça e aumente após o crescimento dos índices de criminalidade a partir dos anos 1980. Em sua obra, Leeds argumenta que a favela é vista como um problema porque sua população é enxergada dessa forma, sendo tachada de "bandidos" ou "viciados". Os pesquisadores postulam tal ideia em 1978, ou seja, antes ainda de muitos locais perderem com o domínio de traficantes ou milicianos. Essa caracterização pejorativa, baseada na estereotipagem e generalização das pessoas que habitam estes espaços, se perpetuou ao longo das décadas.

A clivagem entre "morro" e "asfalto" proposta pelo escritor Zuenir Ventura, em uma de suas mais conhecidas obras, o livro *Cidade Partida*, de 1994, é uma das expressões desse maniqueísmo imagético construído durante o acúmulo de tempo. Uma ideia é considerada maniqueísta quando classifica objetos de acordo com antíteses. E foi isso que ocorreu no Rio de Janeiro. Os moradores das favelas eram (e ainda são) vistos negativamente, ou como bandidos ou colaboradores da violência. Já o "morro" é enxergado através do viés do oásis da pobreza e ausência. Em oposição direta a isso, há o "asfalto", com seus habitantes reproduzidos sempre como, ou vítimas da violência, ou simplesmente do medo

⁷ LEEDS, Anthony, LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. P.222. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

causado justamente por aqueles que moram no "morro". O fragmento abaixo comenta um pouco esta questão:

O processo de produção dos espaços de favela foi historicamente marcado pela oposição entre eles e o “asfalto”, tanto do ponto de vista das representações quanto das práticas. Essa oposição evidencia, de forma eloquente, a distância que se estabeleceu entre a “cidade formal” e a “cidade real”, constituindo dois mundos distintos: enquanto na cidade temos casas, na favela temos barracos; enquanto na cidade temos ruas, na favela temos becos; na cidade temos fornecimento legal de energia elétrica, e na favela, gatos de luz; na cidade temos TV a cabo; na favela, a “gatonet”. É uma série infindável de oposições que enfatizam a falta: de forma, de ordem, de regras morais.⁸

Obviamente, não se pode afirmar que todas as pessoas possuem estas visões sobre os habitantes das favelas ou de outros bairros no Rio. Se, por um lado, há uma produção negativa de estigmas, geralmente relacionada com a problemática da violência, por outro existe a visão das comunidades sendo enxergadas pelo viés da cultura e do entretenimento. Entretanto, nem sempre isto garante que as reproduções construídas virão a ser positivas, como ressalta Marcelo Burgos:

Positiva ou negativamente, a favela é presença permanente na produção cultural da cidade, na música, na literatura, nas artes plásticas, no cinema, no esporte, etc; e as escolas de samba e, de certa maneira, os clubes de futebol, se convertem em instituições sociais definidoras de um padrão de sociabilidade possível: contato físico através de identidades coletivas comuns, mas distância social na vida real.⁹

O argumento utilizado por Burgos ilustra com clareza o fato de que os moradores de outros bairros podem até construir uma convivência "compartilhada" com os habitantes das favelas quando estão, por exemplo, em uma praia, ou no desfile de um bloco de carnaval ou escola de samba. Entretanto, isto não significa necessariamente que a estigmatização pejorativa se encerra, na verdade, só através do processo de conhecimento do "outro" seria possível a produção de uma imagem diferente. Estar em lugares comuns pode ser considerado um movimento positivo, mas por si só não garante que as reproduções já concebidas irão se modificar.

⁸ CUNHA, Neiva, MELLO, Marco. *Novos Conflitos na Cidade: A UPP e o Processo de Urbanização na Favela*. Revista Dilemas, vol.3, n.4, jul/set, 2011.P.25.

⁹ BURGOS, Marcelo. *Favelas: Uma Forma de Luta pelo Direito à Cidade*. P.12. Disponível online em CESEC: www.ucamcesec.com.br

É preciso frisar, no entanto, que esta sensação de estranhamento ao "outro" é uma via de mão dupla, e não contempla apenas moradores de áreas ricas ou de classe média em relação a habitantes de locais pobres. Há também uma construção de imagens negativas que advém dos moradores de favela em face dos que moram no "asfalto". No entanto, dentro de uma dinâmica urbana, a maioria das pessoas sai de suas comunidades para trabalhar ou no próprio bairro em que reside ou em outros da cidade do Rio. Muitas ofertas de emprego estão fora das favelas. Portanto, os habitantes são, através dessa migração pendular, "forçados" a conhecerem e conviverem em áreas diferentes das de costume. Fato mais difícil é a observação do movimento contrário: nativos do Rio possuem a iniciativa de visitar uma favela. Há um forte movimento de turistas, principalmente de outros países, em locais como a Rocinha, o Santa Marta ou o Vidigal. Entretanto, esta curiosidade de conhecimento, que move os estrangeiros, não é tão disseminada entre as pessoas que moram na cidade. Certamente, é um dos fatores para que a ideia do Rio como "cidade partida" continue povoando o imaginário popular.

Novamente, essa dissertação não possui como pretensão definir uma significação hermética de "favela". O objetivo do conteúdo elencado acima foi, através do estudo de suas representações, esclarecer e compreender mais o objeto de estudo. É importante dizer que uma coisa apenas existe sob o olhar de quem a enxerga. Então, seria ingênuo procurar uma "pureza" sobre aquilo que será abordado. E investigar a "favela" sob o olhar de diferentes imagens ajuda a compreender este objeto de maneira mais profunda. A análise densa, condensada em vários vieses, é o que se pretende.

1.2.

A História das Favelas no Rio de Janeiro: Mais de um século de tensões e resistências.

O primeiro espaço reconhecido como favela data de 1897 e é hoje nomeado Morro da Providência, estando localizado no Centro da cidade do Rio de Janeiro, perto da área portuária. Sua primeira população foi de soldados oriundos da Guerra de Canudos, conflito ocorrido na Bahia. Desde o seu surgimento, estes espaços não eram vistos com bons olhos pelo governo, sendo rotulados como lugares sujos e de disseminação de doenças e pestes. No início do século XX, o então prefeito da cidade, Pereira Passos (1902-1906), promoveu uma reforma para

retirar os cortiços, popularmente conhecidos como "cabeças de porco", da paisagem carioca, já que os mesmos destoavam do ideal citadino europeu que o político pretendia implementar no Rio.

Inicialmente, eram os cortiços os alvos das políticas de remoção. Posteriormente, quando as favelas passaram a se proliferar, as leis passaram a identificar estes territórios como o *locus* principal de pobreza e doenças. Neste período, foram sancionadas normas que vedavam a aparição das favelas e que, obviamente, impediam qualquer tipo de melhoria naquelas já existentes. Licia Valladares (2005) comenta este momento e explica um dos fatores responsáveis pela construção social de favela como uma moléstia urbana:

A favela passa, então, a ocupar o primeiro lugar nos debates sobre o futuro da capital e do próprio Brasil, tornando-se alvo do discurso de médicos higienistas que condenam as moradias insalubres. Para ela se transfere o postulado ecológico do meio como condicionador do comportamento humano, persistindo a percepção das camadas pobres como responsáveis pelo seu próprio destino e pelos males da cidade (...).¹⁰

Embora nesta época as favelas fossem um fenômeno recente, pode-se afirmar que a política higienista contra a pobreza era inaugurada. Os alvos deste tipo de medida eram tanto aqueles que moravam nas favelas como os que habitavam os cortiços. De acordo com Valladares (1991):

Fazendo uso de um discurso ideológico dualista, as classes dominantes como que dicotomizavam o mundo: de um lado o mundo do trabalho, da moral, da ordem; de outro, um mundo às avessas- amoral, vadio, caótico - que deveria ser reprimido e controlado para não comprometer a ordem. A cada um destes mundos correspondia um espaço: ao primeiro, a fábrica; ao segundo, o cortiço e a rua. Nesse sentido a expressão "classes perigosas" se referia basicamente àqueles fora do universo fabril; mais especificamente àqueles que eram criminosos, delinquentes ou simplesmente vagabundos e desordeiros que viviam entre o cortiço e a rua, tentando impor a desordem.¹¹

Entretanto, é inegável que as habitações construídas sobre os morros, geralmente em áreas centrais da cidade, ofereciam algumas vantagens para os seus moradores. Primeiro, o aspecto financeiro: construir uma casa na favela era indubitavelmente mais barato do que em qualquer outra região do Rio. Embora na

¹⁰ VALLADARES, Licia. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro, Editora FDV, 2005.

¹¹ VALLADARES, Licia. *Cem anos pensando a pobreza urbano no Brasil*. In: Boschi, Renato. (Org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991, v. 1, p. 87.

periferia talvez os preços se equivalessem, a proximidade com o trabalho também é um fator essencial para explicar o que atraiu muitas pessoas a ocuparem outros morros. Somado ao fato do aluguel ser mais baixo, havia o aspecto da não necessidade de gasto com transporte, dada a proximidade entre a casa e o trabalho das pessoas. Ademais, a possibilidade de criação de redes sociais era maior quando se vivia na favela, e este pode ser considerado um fator importante para a atração de novos moradores, principalmente aqueles recém-chegados ao Rio.

É importante lembrar que, durante todo o século XX, a metrópole carioca recebeu muitos migrantes, principalmente da Região Nordeste, em um movimento conhecido como "Êxodo Rural". Embora tenham chegado à capital com esperanças de uma vida melhor, grande parte dessas pessoas se deparou com a falta de infraestrutura urbana da cidade, visivelmente não preparada para receber tantos migrantes. A solução encontrada foi, portanto, morar nas favelas. E este processo não foi um fenômeno exclusivo da capital carioca, podendo ser observado em outras metrópoles, como São Paulo e Belo Horizonte. As características desta situação são sumarizadas por Valladares (1991):

O grau e o ritmo do crescimento da urbanização ultrapassavam de muito o do desenvolvimento industrial, e a dinâmica da indústria de transformação na criação de empregos era insuficiente para atender ao crescimento demográfico. Compunha ainda este quadro o crescimento desmesurado do setor terciário e o agravamento geral das condições de vida nas cidades, decorrente da incapacidade de se suprirem as necessidades básicas de uma população cada vez maior.¹²

Mike Davis (2006) complementa lembrando que as favelas não são habitações que surgiram exclusivamente no Brasil, mas sim em praticamente todos os países do mundo. Davis elenca algum dos fatores que ajudam a compreender a proliferação das favelas:

Como resultado, o crescimento urbano rápido no contexto do ajuste estrutural, da desvalorização da moeda e da redução do Estado foi a receita inevitável da produção em massa de favelas. Um pesquisador da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que o mercado habitacional formal do Terceiro Mundo raramente oferece mais de 20% do estoque de residências e assim, por necessidade, as pessoas recorrem a barracos construído por elas mesmas, a

¹² VALLADARES, Licia. *Cem anos pensando a pobreza urbano no Brasil*. In: Boschi, Renato. (Org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991, v. 1, p. 94/95.

locações informais a loteamentos clandestinos ou às calçadas.¹³

Em um contexto como esse, de déficit habitacional e crescimento populacional, é compreensível entender porque o surgimento de favelas não foi um fenômeno isolado, mas sim algo que passou a proliferar em toda a cidade do Rio. Entretanto, como foi mencionado, o governo começou a promover medidas para a remoção das mesmas. No Código de Obras promulgado em 1937, surge o primeiro de muitos apelos para a eliminação das favelas e a sua substituição por "núcleos de habitação de tipo mínimo". Diz o artigo 349 desta lei, contido no capítulo XV intitulado "Extinção das Habitações Anti-Higiênicas": "A formação das favelas, isto é, do conglomerado de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições desde Decreto não será absolutamente permitida."

No entanto, assim como outras legislações vigentes no Brasil, havia exceções nas leis direcionadas para a construção de novos casebres. Embora fosse proibido erguer habitações com materiais "improvisados", o uso de madeira nas edificações era permitido. Isto leva à conclusão de que, na prática, existiam brechas na legislação.

O primeiro projeto proposto como solução para a favelização foi a transferência das pessoas para os chamados Parques Proletários, ideia do governo do presidente Getúlio Vargas, no início dos anos 40. Foram construídos conjuntos habitacionais em alguns bairros, como Gávea, Leblon e Caju. No entanto, após o fim do mandato de Vargas em 1945, a ideia dos Parques foi esvaziada. Não houve continuidade por parte do governo seguinte e muitos moradores retornaram aos seus locais de origem. Vale frisar também que apenas uma pequena parte dos habitantes de favelas, 4 mil em um universo de 130 mil, tinham sido transferidos para os Parques. Portanto, o programa estava longe de ser um projeto com uma escala ampla, se apresentando mais como uma medida paliativa.

É interessante observar o protagonismo do governo federal em sua tentativa de remover as favelas. Se hoje as políticas públicas direcionadas para estes espaços são, em sua larga maioria, de cunho municipal ou estadual, nas

¹³ DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006. P.27.

décadas de 30 e 40 era o mandato presidencial que promovia tais medidas. Expressão desta tendência é a pressão populacional, em meados dos anos 40, para que o governo federal "entrasse" nas favelas para checar se poderiam haver possíveis "ameaças comunistas" vindas de seus moradores.¹⁴

No entanto, este protagonismo dependia, obviamente, de quem estava no poder. Enquanto Vargas buscou algum tipo de alternativa para as favelas e implementou os Parques Proletários, o governo seguinte, de Gaspar Dutra, de 1945 a 1949, foi marcado pela ausência de políticas para as comunidades, o que explica o esvaziamento da ideia dos complexos habitacionais. Nesta mesma época, o então prefeito do Rio, Mendes de Moraes, criava em 1947 uma comissão com o objetivo de extinguir as favelas. Este descompasso e falta de integração entre políticas federais, estaduais e municipais acompanha todo o processo de crescimento das favelas, inclusive no que tange às legislações que regem as mesmas. Enquanto o prefeito promulga uma lei com determinado âmbito, o presidente aprova outra que promove brechas nesta mesma medida. Este fato, é claro, dificulta a efetivação e perpetuação de qualquer política pública.

Apesar da criação da comissão aventada por Mendes Moraes, como lembram Anthony Leeds e Elizabeth Leeds (1978), o governo começa a conceder as primeiras declarações admitindo a urbanização das favelas e não a remoção das mesmas. É inédito também o fato destes espaços passarem a representar uma questão de alcance nacional, e não mais um fenômeno restrito à cidade do Rio. As favelas passam a ser comparadas com outros tipos de habitações pobres existentes em diferentes estados, mostrando que o crescimento urbano desordenado e o déficit de moradia não foram problemas exclusivamente cariocas.

É importante frisar que não havia qualquer incentivo para a construção de novos casebres, apenas tentativas parcas de prover algumas garantias para quem já estava nos locais. Em 1956, é criado o SERFHA (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas). A filosofia do órgão seria a de não ofender a "dignidade" dos moradores de comunidades, tentando integrar

¹⁴ Neste período vigia no Brasil uma ditadura, chamada de Estado Novo, promovida pelo presidente Getúlio Vargas através de um golpe do estado. Havia um terror por parte de determinados segmentos da população de que o comunismo se alastrasse no país. Acreditava-se que muitos comunistas eram moradores de favelas ou se utilizavam das mesmas para se esconder.

as ações municipais, que estavam muito desorganizadas, nestes espaços. A contribuição da comissão foi a constituição de associações nas favelas que, junto ao SERFHA, conseguiram chegar ao poder público e promover melhorias. Entretanto, o órgão chega ao fim em 1962 e suas funções passam para a responsabilidade do Serviço Social das Favelas, mostrando mais uma vez a descontinuidade de projetos e ações nestes lugares.

Em 1960 é promulgado um novo Código de Obras na cidade do Rio, que, apesar de editado, está em vigor até os dias de hoje. Esta lei permite a demolição dos casebres sem a necessidade de intimação prévia, expressando toda a arbitrariedade do poder público. Previa também a coibição da "exploração da favela pela cobrança de aluguel", em uma clara tentativa de cercear os direitos dos moradores.

Na esteira de decretos direcionados às comunidades, é interessante observar também outra medida, de 1963, que proibia a venda de bebidas alcoólicas nas chamadas "biroskas" (ou bares) dentro das favelas. Esta lei era parte do programa do governo da Guanabara¹⁵, de Carlos Lacerda e Negrão de Lima, cujo norte era coibir a construção de relações sociais nestes espaços. Caso houvesse uma integração efetiva entre os moradores, focos de resistência às políticas de remoção apareceriam com mais facilidade. Outra tentativa de conter o caráter combativo das pessoas foram intervenções nas associações de moradores, no intuito de desmobilizar possíveis lutas.

Em 1964, ganha mais força a ideia de erradicação das comunidades com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). A construção maciça de novas casas no Brasil seria suficiente para resolver, como era chamado à época, o "problema da favela". E algumas foram mesmo removidas para conjuntos habitacionais, dando origem a bairros como a Vila Kennedy e a Cidade de Deus, ambos na Zona Oeste do Rio, muito longe, aliás, dos pontos de trabalho e do Centro da cidade. Entretanto, é pertinente notar que a Cidade de Deus acabou por se tornar outra "favela", embora tenha sido projetada para o contrário. A pobreza e

¹⁵ Nesta época, o município do Rio era uma cidade-estado, cujo nome era Guanabara. A mesma abrigava o Distrito Federal, antes da construção de Brasília. O estado da Guanabara permaneceu vigente entre 1960 e 1975.

a precariedade de serviços acompanha a transferência das comunidades. A paisagem geográfica pode se modificar de morro para ruas planas, mas o estigma dos moradores permanece o mesmo. Anthony Leeds e Elizabeth Leeds postulam (sobre os habitantes transferidos): “Sua única solução é o retorno, ou a criação de novas favelas em outro lugar.”¹⁶ Ou seja, remover não resolvia a questão, apenas deslocava o problema. No entanto, transferia a pobreza para longe dos olhos dos turistas que visitavam a Zona Sul.

Descontinuidades e contradições marcam estes anos em que as favelas vivem à mercê de governos que ora agem a favor de urbanizações, ora em prol de remoções. Expressão disso é que, enquanto Vila Kennedy e Cidade de Deus se estabeleciam como moradia para as pessoas transferidas de suas casas, obras de urbanização *in loco* aconteciam em outras comunidades, como Vila da Penha, Jacarezinho, Rocinha e Salgueiro (GRYNSZPAN; PANDOLFI: 2002).

Alguns serviços começam a serem oferecidos nas favelas que não estavam sendo removidas. Em 1963, a Comissão Estadual de Energia é criada e os habitantes de favelas são obrigados a pagar pela instalação do equipamento de eletricidade e pela conta de luz, gerando uma reação negativa entre os moradores, que viam na medida uma chance da extensão do controle estatal sobre as comunidades. No ano de 1968, mais um projeto que previa a urbanização das favelas é constituído, mas desta vez com reação favorável por parte dos habitantes. A Companhia de Desenvolvimento Comunitário (CODESCO) pretendia implementar a regularização, pavimentação e iluminação das ruas, instalação de redes de água, esgotos e eletricidade, auxílio financeiro e mínima supervisão de reconstrução de casas (geralmente com ajuda própria), além da administração da venda de terras que tinham sido expropriadas pelo Estado.

Havia motivos, no entanto, para se acreditar em tentativas de controle por parte do Estado sobre os moradores de favela. Em 1964, os militares promovem um golpe que instaura uma ditadura no Brasil. Consequentemente, as liberdades civis são reduzidas drasticamente e um longo período de obscurantismo se inicia. O resultado prático é o aumento da repressão e violência por parte da polícia, no

¹⁶ LEEDS, Anthony, LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. P.242. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

país como um todo e nas favelas também.

No que concerne às favelas, uma política que de fato indica essa tendência repressora acontece no ano de 1967, quando o governo decide reconhecer apenas uma associação de moradores como corpo representativo oficial da favela. Embora houvesse estas medidas, veladas ou não, de cerceamento, em 1963 a Federação das Associações de Favelas da Guanabara (FAFEG) é constituída. Esse órgão conseguiu, nos anos 60, organizar um pouco o movimento dos moradores que eram contrários às remoções promovidas pelo Estado, mas não sem a geração de conflitos com o governo.

Entretanto, em 1964, a resistência da FAFEG no Morro do Pasmado encontra soldados armados com revólveres, o que inibe mobilizações futuras. Em 1968, o movimento ainda tenta combater as transferências das favelas, através do slogan “Urbanização sim, remoção nunca”. Apesar da militância apresentar força, a ação da associação é reduzida drasticamente em 1969, quando muitos membros são presos e as atividades públicas do órgão são praticamente encerradas. Este fato pode ser considerado um dos símbolos do controle e violência exercidos pelos militares na época.

Em 1968, mais remoções são efetuadas, desta vez com a ajuda de um órgão intitulado de Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio de Janeiro (CHISAM). Vale ressaltar que a política de remoções de favelas foi um fenômeno brutal na cidade do Rio. Só entre 1965 e 1979, 139 mil pessoas tiveram que abandonar suas casas.¹⁷ Neste período, as comunidades da Catacumba, Macedo Sobrinho e Praia do Pinto, todas na Zona Sul, são transferidas. Com a resistência dos moradores, a polícia se utiliza de artefatos como tratores e até incêndios criminosos para forçar as pessoas a abandonarem suas casas. De acordo com Anthony Leeds e Elizabeth Leeds (1978), as remoções trazem "profundas desestruturações da organização de vida daquelas pessoas". Entre os problemas, estão o declínio da renda e o aumento das despesas com transporte.

¹⁷ DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006. P.110

É pertinente observar que outro fator marcante durante o crescimento e estabelecimento das favelas no Rio é a prevalência de trocas eleitorais entre moradores de favelas e políticos. Esta tendência, segundo Anthony Leeds e Elizabeth Leeds, é observada desde a existência dos Parques Proletários, nos anos 1940. Ou seja, além das visíveis clivagens apresentadas pelas esferas federais, estaduais e municipais no que concerne às políticas públicas, há também o problema dos canais encontrados para a busca de melhorias. Se não há integração e o mínimo de coerência nas medidas oferecidas pelo governo, é natural que haja a procura de outras formas de resolução dos conflitos. Como foi visto, entre as décadas de 1930 e 60, os problemas eram abundantes nas favelas. Portanto, um sistema de trocas e favores políticos, que se perpetua até hoje, foi estabelecido. Leeds comenta esta questão na passagem abaixo, mostrando claramente qual era o cenário das políticas públicas nas favelas nestes anos:

Dada a falta generalizada de resposta e responsabilidade governamentais, os moradores da favela são forçados a continuar a procurar a melhoria de sua condição através dos canais racionalmente elaborados, paternalistas, individualistas, para a obtenção de favores e para a satisfação de interesses através da troca de benefícios.¹⁸

A partir da metade dos anos 1970 é inaugurado um período de inércia do poder público no que concerne à questão das favelas no Rio. Se antes havia enérgicas tentativas de remoção, elas cessam e cedem lugar a uma espécie de reconhecimento tácito destes tipos de moradias. Leis municipais autorizam melhorias nas favelas, e com isso os serviços como luz, água e esgoto chegam parcamente em algumas áreas. Entretanto, é importante frisar a posição intermediária que estes espaços ocupavam: não havia intervenções maciças por parte do Estado no sentido de prover urbanização, educação, cultura e saúde. O acesso a serviços ainda é muito precário. Se no passado, mesmo que negativamente, as favelas eram enxergadas pelo poder público, nos anos 1970 se tornaram quase invisíveis, o que ajuda a explicar a escalada de violência observada na década de 1980. É claro que o domínio do tráfico não se iniciou de súbito, houve condições para que isto acontecesse.

¹⁸ LEEDS, Anthony, LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. P.247. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

Expressão dessa tendência de invisibilidade é a Constituição de 1988, que, embora muito positiva para a diversidade e o reconhecimento de minorias, não tratava diretamente da questão das favelas. Por outro lado, a Constituição Estadual do Rio, de 1989, postulava algo no que concernia às comunidades pobres na cidade. A mesma previa a urbanização, regularização fundiária e titulação destas áreas, e, notório frisar, sem a remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas e geográficas pusessem em risco a vida dos mesmos.

A descontinuidade e desorganização das políticas voltadas para as favelas não é um problema exclusivo da primeira metade do século. Esta questão permanece muito atual e aparece na promulgação da Lei Orgânica de 1990. Se a Constituição de 1989 previa remoções apenas em caso de risco, esta última legislação já regula essa hipótese, dizendo que transferências podem sim serem autorizadas, mas não seriam realizadas de modo sumário. Os moradores de áreas afetadas seriam assentados em locais próximos ao trabalho ou ao antigo local de residência. A observação de que todas as leis, em algum momento, apresentam brechas e fragmentos, mais uma vez se faz pertinente.

Esta questão será abordada detalhadamente no próximo tópico, mas por ora é pertinente lembrar que a história das favelas se modifica muito a partir do crescimento dos índices de violência nestes espaços. Se antes era a diferença arquitetônica daquelas casas construídas sobre morros que chamava mais a atenção da sociedade, nos anos 1980 em diante a criminalidade se tornará a principal tônica da discussão sobre favelas. E é até possível compreender esta percepção generalizada a partir do momento que a mídia, agora totalmente canalizada no aparelho de televisão, transmite todas as notícias acerca do assunto. No entanto, não era apenas um estardalhaço sensacionalista realizado pela imprensa: as taxas de violência de fato cresceram na cidade do Rio, gerando este sentimento de medo e um gradual processo de culpabilização sobre as favelas e seus moradores.

Nos anos 80 e 90, as taxas de homicídio na cidade escalaram valores próximos a 80 mortes por 100.000 habitantes, índice que colocava o Rio como um dos lugares mais violentos do país. A tabela abaixo fornece um panorama da situação:

Tabela 1: Homicídios Dolosos por Cem Mil Habitantes (1985-2006)

	Rio de Janeiro	Boston	Chicago	Dallas	Detroit	Los Angeles	Miami
1985	32,9	15,2	22,2	30,2	58,2	24,4	33,9
1986	36,1	18,3	24,8	34,1	59,1	25,6	37,3
1987	40,0	13,2	22,8	32,0	62,8	24,3	33,2
1988	45,8	16,0	22,0	36,0	57,9	21,6	ND
1989	57,9	17,1	24,8	35,2	60,0	25,5	34,6
1990		24,9	30,5	44,4	56,6	28,2	36,0
1991	63,3	19,6	33,1	48,8	60,3	29,3	34,8
1992	64,4	12,6	33,5	37,2	58,8	31,0	35,6
1993	67,3	16,9	30,0	30,0	57,7	30,3	35,3
1994	73,2	14,7	32,8	27,4	54,3	23,7	32,2
1995	66,8	16,5	29,0	25,2	48,0	23,7	30,5
1996	55,5	10,1	27,7	19,5	43,6	19,7	34,4
1997	51,2	7,4	26,5	18,5	48,2	15,9	28,5
1998	37,9	5,8	24,5	21,9	44,5	11,7	23,8
1999	42,2	5,3	22,2	16,3	43,4	11,5	17,4
2000	46,7	6,6	21,9	19,4	41,6	14,8	18,2
2001	41,3	11,0	22,9	19,7	41,3	15,6	17,7
2002	45,7	10,1	22,1	15,8	41,8	17,1	17,1
2003	42,9	6,6	20,6	18,4	39,4	13,4	19,4
2004	43,9	10,5	15,5	20,2	42,1	13,4	17,9
2005	39,5	13,1	15,8	16,6	39,9	12,7	14,0
2006	40,2	13,3	16,4	15,0	47,3	12,4	19,6

A associação destes dados com a situação precária em que as favelas se encontravam, sem políticas públicas adequadas e sendo paulatinamente controladas por traficantes, foi apenas questão de tempo.

Apesar da criminalidade, outro fato pertinente que aconteceu nos anos 90 nas favelas foi o retorno dos projetos de urbanização. Em 1992, o Plano Diretor da Cidade é editado, e as medidas de remoção ficam afastadas. Em 1995, surge o programa intitulado de Favela-Bairro, projeto de autoria do então prefeito do Rio, Cesar Maia (1993-1996). Este programa será melhor analisado no próximo capítulo, mas tinha como objetivo promover melhorias nas comunidades, como asfaltamento de ruas, implantação de redes de esgoto, construção de creches, e outras políticas a fim de "urbanizar" a favela, ou, em outras palavras, fazer com que estes espaços se assemelhassem mais com outros bairros do município. Porém, o escopo do Favela-Bairro se encerra nestas medidas, não possuindo nenhuma interferência na questão habitacional, que era aspecto bastante grave na época. Apesar desta falha e dos ares de maquiagem que o projeto detinha, é importante considerar seus benefícios para os moradores.

Os anos 2000, no que concerne aos projetos voltados para a favela, talvez possa ser considerado o período mais complicado de todos. De 1998 a 2006, o Rio foi governado quatro anos por Anthony Garotinho e, no período subsequente, por sua esposa, Rosinha Garotinho. Basta dizer que, em boa parte deste tempo, o comandante da Polícia Civil era o ex-deputado Álvaro Lins, que em 2009 foi preso acusado de receber suborno do crime organizado. Este dado oferece um panorama de como estava a situação da Segurança Pública. Não raro comércios fecharam por conta de ordens proferidas por traficantes, levando medo e terror dentro e fora das favelas¹⁹. As políticas para estes espaços foram resumidas ao GPAE (Grupamento Policial para Áreas Especiais), um projeto até interessante em sua formulação, mas implementado em poucas favelas e não obtendo

¹⁹ Pode-se citar como exemplo o episódio ocorrido em 30 de setembro de 2002, em que lojas em Cordovil, Tijuca, e até Ipanema fecharam. Escolas públicas e particulares também tiveram suas atividades suspensas. Outra situação ocorreu em 18 de outubro de 2006 na Penha, em que o comércio fechou e moradores atearam fogo em caixotes e bloquearam a passagem de carros como forma de protesto. Informações das fontes Estado de São Paulo e G1. <http://www.estadao.com.br/arquivo/cidades/2002/not20020930p20112.htm> e <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0..AA1315211-5598,00-TRAFICO+FECHA+COMERCIO+E+PROVOCA+PROTESTOS+NA+PENHA.html>

continuidade. De qualquer forma, não houve medidas que buscassem trazer para as favelas direitos básicos, como educação e saúde de boa qualidade e cultura acessível. O GPAE apenas previa uma ocupação policial, nos moldes comunitários, em uma ideia bastante similar ao que são hoje as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Se até 2006 a questão das favelas estava sendo tratada apenas como um problema da polícia, o cenário se modifica com o início do mandato do atual governador Sergio Cabral, em 2007. Após um começo de gestão que parecia não diferir muito do governo anterior, com ações enérgicas calcadas na atuação do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) para suprimir o crime nas comunidades, um novo projeto foi criado em 2008. Esta medida, intitulada de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), consiste na realização de ocupações policiais permanentes nas favelas que antes possuíam domínio de traficantes ou milicianos. Estes criminosos, por sua vez, seriam expulsos, presos ou até mortos em caso de confronto. O primeiro lugar que recebeu uma unidade foi a comunidade Santa Marta, em Botafogo, na Zona Sul do Rio, em dezembro de 2008.

Até a presente data dessa dissertação, existiam 30 UPPs na cidade. Esta política pública vem obtendo alguns bons resultados, embora muitas questões ainda precisem ser melhor elucidadas e planejadas, como pretendo mostrar adiante. É importante ressaltar que, atualmente, esta medida, junto com a UPP Social²⁰, tem sido o principal projeto implementado nas favelas do Rio.

Embora tenha começado sem muito alarde, assim que os primeiros índices de violência foram reduzidos em áreas com UPPs, esta tem sido apontada como a solução para quase todos os problemas que assolam o Rio, como a criminalidade, o tráfico e a milícia. Mas é sempre pertinente lembrar que esta é uma política muito recente, cujos resultados ainda estão sendo analisados. É impossível

²⁰ Projeto idealizado em parceria com a prefeitura e através do Instituto Pereira Passos (IPP), que está sendo desenvolvido em paralelo com o principal. Vale ressaltar que o mesmo tem data de término. Segundo o site oficial do projeto (www.uppsocial.org), “Uma vez que as comunidades pacificadas tenham acesso aos serviços em qualidade compatível com o resto da cidade, ou que existam estruturas institucionais para o acesso desses territórios às políticas públicas de forma rotineira e contínua, a UPP Social não será mais necessária e poderá deixar de existir nesses territórios.”

enxergar, agora, as consequências a longo prazo das ocupações.

Entretanto, em 2014, a cidade será uma das sedes da Copa do Mundo, e, em 2016, receberá os Jogos Olímpicos. Sem desmerecimento dos benefícios que a UPP possa estar trazendo, é difícil enxergá-la como um projeto desinteressado. Como foi visto anteriormente, as favelas possuem um histórico de "incômodo" com o poder público. Mais ainda depois que ganharam as manchetes do mundo todo com episódios de violência. É importante questionar quais são as diretrizes dessa medida, que parece, em sua formulação, repetir uma lógica policlesca, apesar de ser notável sua diferença para com as ações comandadas pelo BOPE.

Para o estudo das favelas, é necessário conhecer suas origens e história. Aqui foi exposto, de forma breve, os principais fatos acerca da trajetória destes tipos de moradia e de seus principais atores. No entanto, é ainda necessário destacar como estes espaços se tornaram controlados por criminosos a partir dos anos 1980.

1.3.

O Controle Exercido por Traficantes em Favelas no Rio

Apesar de hoje ser extremamente popular, comum e movimentar altas quantias de dinheiro e recursos, o tráfico de drogas nem sempre foi um negócio rentável na cidade do Rio de Janeiro. Até a década de 1980, na verdade, o maior mercado informal constituído na metrópole era o jogo do bicho. Apenas no final dos anos 1970 é que o consumo e, conseqüentemente, o tráfico de narcóticos, principalmente de cocaína, começa a crescer. Com este aumento, se nota a formação de redes de quadrilhas que se auto intitulam "comandos", cujo maior expoente, na época, era a facção chamada Comando Vermelho (CV).

De acordo com o que postula o sociólogo carioca Michel Misse (2007) no artigo *Mercados Ilegais, Redes de Proteção e Organização Local do Crime no Rio de Janeiro*²¹, o surgimento da rede de quadrilhas chamada Comando Vermelho acontece no início dos anos 1980. É importante ressaltar que o grupo foi formado na prisão Candido Mendes, em Ilha Grande, Angra dos Reis, estado

²¹ MISSE, Michel. *Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro*. Estudos Avançados (USP.Impresso), v. 21, p. 139-157, 2007.

do Rio, por um conjunto de presos comuns em contato com os presos políticos. A ascensão do crime organizado acontece concomitantemente ao declínio da ditadura no país. Se antes da década de 80, o sistema carcerário abrigava majoritariamente aqueles considerados “subversivos” ou “comunistas” pelos militares, o cenário se modifica a partir do crescimento dos índices de violência. Os presos políticos são anistiados com o fim da ditadura e os meliantes comuns passam a majoritariamente compor o quadro penitenciário no país. Os anos 90 são marcados por um aumento significativo da população carcerária.

Michel Misse também assinala que, entre 1984 e 1986, o Comando Vermelho exercia com tranquilidade o monopólio do controle da venda de drogas no Rio. Este panorama começa a mudar a partir de 1987, quando conflitos e guerras fragmentam a rede de quadrilhas. Em meados dos anos 1980 é criado o Terceiro Comando (TC), facção que tinha por objetivo rivalizar com o Comando Vermelho e assumir pontos de venda de drogas no Rio. Já na década de 1990, também dentro de presídios, é constituído um terceiro grupo, chamado Amigos dos Amigos (ADA), que logo se alia ao Terceiro Comando a fim de tentar diminuir o poder do Comando Vermelho.

No início da década de 2000, o Terceiro Comando é extinto, porém uma dissidência da quadrilha forma o Terceiro Comando Puro (TCP), facção que permanece em atividade até os dias de hoje. Vale frisar que os grupos Comando Vermelho e Amigos dos Amigos também continuam existindo, embora não com o mesmo poder que possuíam há 10 anos.

Para entender o funcionamento destas redes criminosas, é necessária uma explicação sobre a dinâmica da venda de drogas em favelas no Rio. Como já foi visto, estes espaços pereceram durante anos com políticas públicas ineficientes, que ora propunham remoções para os moradores, ora proviam obras de urbanização. Entretanto, estes locais não eram reconhecidos como parte integrante da cidade e o Estado permanecia ausente ou ineficaz em diversas áreas importantes para o desenvolvimento da qualidade de vida, como educação, saúde, cultura e segurança. Com um cenário como esse, em que o poder público não contempla serviços básicos, não é difícil compreender porque estes territórios se tornaram espaços de fácil acesso para a instalação de pontos de vendas de drogas,

as chamadas "bocas". Obviamente, não só moradores locais compravam as drogas, mas principalmente usuários de muitos outros lugares da cidade.

O "dono" do ponto de venda de drogas é nomeado "gerente". Acompanhado desta figura, começa a se processar uma hierarquia de "funcionários". Existe uma pessoa que controla o dinheiro e realiza as contas da boca, sendo considerado o mais próximo ao gerente, pois para exercer este cargo é obrigatório contar com a confiança do mesmo. Depois, há os vendedores menores, que controlam outros pontos de venda, e, por fim, os "olheiros" do tráfico, geralmente jovens ou crianças que se posicionam em locais estratégicos da favela e lançam sinalizadores caso a polícia esteja subindo o morro. Adolescentes também podem se tornar próximos à venda ilegal de drogas através da realização de pequenos favores aos traficantes, como comprar comida ou levar recados. Este contato, até ingênuo em alguns casos, os leva às vezes a começarem a participar da cadeia de funcionamento do tráfico, sendo possível que os mesmos, em um primeiro momento, se transformem em "olheiros" e depois ascendam de posição.

Como qualquer hierarquia, claro que a mesma pode ser modificada. Se alguém morre, por exemplo, é substituído. E é interessante observar o grau de rotatividade presente no tráfico de drogas: como prisões, assassinatos e desaparecimentos são fatos relativamente comuns, há uma necessidade latente de cooptação de novos "membros". E muitos destes acabam sendo jovens de 13, 12, até 11 anos fascinados com a possibilidade de poder aqui representada na figura do traficante empunhando armas, comprando bens de consumo e obtendo prestígio junto às mulheres na favela.

A socióloga Silvia Ramos, no artigo *Trajetórias no Tráfico: Jovens e Violência Armada em Favelas Cariocas*, que data de 2011, coletou depoimentos que comprovam a mistificação causada por essa possibilidade de conquista fácil de dinheiro e sexo. O primeiro é da mãe de um traficante, e o seguinte, de um técnico que trabalhava em um projeto na favela:

O menino não tem nada, onde cair morto, mas sabe quantas mulheres ele tem? Quantas ele quiser. Dependendo da arma, mais mulher tem. Não tem mais essa remuneração, eles conseguem assim comprar um tênis, mas não arrumam mais do que isso, o que eles conseguem hoje, e é demais, é a

atenção dessas meninas. Elas ficam loucas, arma e cordão de ouro.²²

A favela controlada pelo tráfico possui vários pontos de venda de drogas, cada um com seu respectivo "dono". O chamado "comando" é, então, a rede formada por estes traficantes através de acordos tácitos e precários (Michel Misse, 2007:149). E a maioria destes criminosos responde às ordens dos líderes da quadrilha, que se encontram geralmente cumprindo pena em presídios de segurança máxima como Bangu I, II e III, todos localizados na cidade do Rio. Este contato acontece através de aparelhos de celular que, apesar de, obviamente, serem proibidos, entram com facilidade nas prisões cariocas.

É essencial apresentar em que exatamente consiste este domínio territorial exercido por criminosos nas favelas cariocas. Os traficantes, muitos deles nascidos e criados nas comunidades em que vendiam drogas, construíram um poder paralelo nesses locais. Ostentando armas a todo tempo em que se movimentam pelas ruas e becos, intimidam moradores que não querem colaborar com o "movimento", nome popular do tráfico. Caso as pessoas telefonem para a polícia para denunciar algo, ou forneçam algum tipo de informação, são penalizadas, senão com castigos corporais e torturas, com a morte dependendo da situação.

Ainda utilizando o artigo de Silvia Ramos, a socióloga oferece um panorama da situação da cidade do Rio quando muitas comunidades estavam sob o controle de traficantes de drogas:

A cidade se tornou um caso raro, com poucos paralelos no mundo, em que áreas desenvolvidas, abastadas e reguladas por normas democráticas, conviviam lado a lado com áreas sob controle de grupos armado, onde predominavam – e ainda predominam em muitos locais- ditaduras de traficantes ou milicianos, que impõe normas na base das armas e onde liberdade de expressão, o direito de ir e vir, o direito de reunião e outros não estão assegurados.²³

²² RAMOS, Silvia. *Trajetórias no Tráfico: Jovens e Violência Armada em Favelas Cariocas*. Disponível online em: <http://www.uva.br/trivium/edicoes/edicao-i-ano-iiii/artigos-tematicos/trajetorias-do-traficojovens-e-violencia-armada-em-favelas-carioca>. P. 50

²³ RAMOS, Silvia. *Trajetórias no Tráfico: Jovens e Violência Armada em Favelas Cariocas*. Disponível online em: <http://www.uva.br/trivium/edicoes/edicao-i-ano-iiii/artigos-tematicos/trajetorias-do-traficojovens-e-violencia-armada-em-favelas-carioca>. P. 45

É essencial lembrar que muitos policiais eram coniventes com o domínio imposto pelos criminosos. As operações de repressão dentro da favela até existiam, e às vezes havia apreensão de grandes quantidades de drogas e armas. Entretanto, ocorriam casos dos bens confiscados serem devolvidos dias depois para os traficantes.

A partir de fóruns de debates com 150 moradores de favelas, os sociólogos Luiz Antônio Machado da Silva e Márcia Leite escreveram um artigo²⁴ em que apresentam algumas destas falas trazidas nas discussões. E um dos depoimentos mais contundentes e recorrentes dá conta justamente da revolta das pessoas em face do comportamento da polícia. Segundo os moradores, a corrupção dessa instituição seria ainda pior que a ação dos traficantes, porque os últimos já estão por definição fora da lei, enquanto a polícia é um braço do Estado e, portanto, é esperado outra atitude.

Aliás, a polícia é vista de maneira amplamente negativa pelos moradores de favelas. Os traficantes, apesar de também terem suas ações enxergadas com desagrado e reprovação, são às vezes julgados de forma melhor que os policiais. Como muitos dos criminosos são naturais da própria comunidade, os habitantes, em caso de um conflito dentro da favela, se sentem mais a vontade em dialogar com eles, já que os mesmos estariam mais abertos a "negociações".

Outro ponto apontado pelos moradores é que os traficantes, embora ajam com crueldade, detém uma rotina e um repertório de ações mais previsível. Já os policiais costumam aparecer somente nas operações, que, obviamente, acontecem sem qualquer aviso anterior. E, nestas situações, acontecem as trocas de tiros e as consequentes interrupções de cotidiano, que parecem incomodar bastante os habitantes. Ademais, os abusos dos policiais para com as pessoas também é considerado mais imprevisível, enquanto os traficantes, por já conhecerem os moradores, só agiriam com maldade com aqueles que de fato fizessem algo "errado". Por outro lado, qualquer um poderia estar sujeito às ações policiais violentas.

²⁴ O artigo se intitula *Violencia, Crime e Policia: O que os favelados dizem quando falam destes temas?* e consta no livro *Vidas sob Cerco: Violencia e Rotina nas Favelas do Rio de Janeiro*, Editora Nova Fronteira, 2008.

Obviamente, não é possível generalizar os policiais. Esta instituição possui milhares de membros, e seria no mínimo irresponsável afirmar que todos são coniventes com o tráfico ou praticam algum tipo de corrupção. Também é importante ressaltar que não é somente uma atribuição da polícia garantir que as favelas contem com segurança.

Enfim, pode-se dizer que uma soma de fatores contribuiu para que os traficantes conseguissem construir um poder paralelo nas favelas. Este cenário começou a se desenhar no fim da década de 1980, e consolidou-se nos anos 90 e 2000. É notório lembrar que não se pode afirmar que havia uma total ausência do Estado nestes espaços, já que este se fazia presente (mesmo que precariamente) em algumas áreas, mas os moradores estavam, em primeira instância, sob o jugo dos traficantes.

E isto era expresso de diversas maneiras, como já foi comentado. Remetendo novamente à pesquisa de Luiz Antônio Machado e Márcia Leite, segundo os habitantes a liberdade era muito cerceada enquanto os criminosos dominavam as favelas. Por exemplo, não era sequer permitido pronunciar a palavra "terceiro" em locais controlados pelo Comando Vermelho, porque corresponderia a uma alusão à facção Terceiro Comando. Ou, ao contrário, utilizar uma peça de roupa vermelha quando o Terceiro Comando estava no poder.

Além destas pequenas restrições de liberdade cotidiana, havia questões mais graves envolvendo a falta do Estado nesses espaços. Um dos maiores problemas era no caso da ocorrência de conflitos entre os moradores da favela. Estes poderiam ser de naturezas diversas, como roubos, brigas entre marido e mulher ou até discussões em bares. Já que os traficantes exerciam controle no local, as pessoas não podiam procurar a delegacia ou a polícia para a resolução de conflitos. Era o chamado "Tribunal do Tráfico" que ditava as punições para os envolvidos. As "penas" variavam entre pagamentos em dinheiro, castigos corporais, torturas e até mortes em determinados casos. Os corpos eram enterrados em cemitérios clandestinos ou queimados, para evitar a identificação e dificultar o trabalho da polícia.

Outra observação interessante assinalada pelos moradores foi a percepção de que os traficantes "antigos", ou seja, aqueles que iniciaram a venda de drogas nas favelas, eram mais benevolentes que os "novos", os recém ingressados no crime. De acordo com os habitantes, a responsabilidade desta situação seria o fator idade. Como cada vez mais cedo os adolescentes estariam integrando o "movimento", o destemor de perder a vida seria maior. A brutalidade das ações, conseqüentemente, também.

Por fim, é necessário ressaltar a fragilidade deste poder paralelo exercido pelos traficantes. Embora possuam um amplo repertório de ações violentas e até aterrorizantes algumas vezes, não há uma organização consistente embasando seu controle. Como foi visto, as redes de quadrilha apresentaram muitas fragmentações ao longo de suas trajetórias. Traições entre líderes, assassinatos em presídios e o surgimento de novas facções são alguns dos fatos que permeiam a existência destes grupos. O funcionamento do tráfico destoa muito da organização apresentada por outro tipo de poder paralelo, as milícias, que serão analisadas no próximo tópico.

Como última observação, vale frisar que há também outros atores sociais envolvidos no suporte do domínio destes criminosos. A entrada nas favelas das armas e drogas utilizadas pelos traficantes só é possível se outras pessoas "cooperarem" com o processo. É necessário lembrar que, atualmente, o tráfico de drogas consiste em um negócio globalizado, que possui fronteiras muito além das brasileiras. É uma cadeia criminosa com "filiais" em diferentes países do mundo, como postula Alba Zaluar (1998):

Na atividade altamente rendosa do tráfico de drogas, grandes organizações com vínculos internacionais comandam o atacado da comercialização desse tão valorizado bem. No varejo, pequenos traficantes (os únicos presos e identificados) realizam lucros extraordinários: com a venda de apenas 200 gramas de cocaína pagam um quilo ao "matuto" ou intermediário que a deixou em consignação. Dos 500% de lucro, a metade vai para o dono da boca, 30% para o gerente e 20% para o vapor e os aviões. Entender como o ilícito e o ilegal se enraízam no setor informal para comandar um exército de empregados e sócios menores é fundamental.²⁵

²⁵ ZALUAR, Alba. *A Globalização do Crime e os Limites da Explicação Local* (versão 2). In: Santos, José Vicente Tavares dos (org.). (Org.). *Violências no Tempo da Globalização*. São Paulo. P. 58/59.

Portanto, pode-se afirmar que a consolidação deste controle perpassa outros fatores muito além das ações praticadas por jovens de 18, 19 anos empunhando armas dentro de determinada comunidade. Há uma estrutura por trás do tráfico, e isso ajuda a explicar as razões do mesmo ter-se mantido no poder durante tantos anos. E, notório lembrar, continuar exercendo domínio em várias áreas na cidade do Rio. As UPPs não acabaram com o tráfico de drogas. Talvez possa se falar em enfraquecimento de redes de quadrilha de narcotráfico, mas não em fim.

1.4.

Milícias: O Crime Organizado Projetado e Incorporado por Agentes do Estado

Como foi visto, o domínio dos traficantes em favelas no Rio tinha como característica o uso da força e de métodos de terror, mas não possuía um alto grau de organização. Já um outro tipo de quadrilha criminosa, que também exerce controle em comunidades e surge a partir dos anos 2000, apresenta bases mais fortemente consolidadas. São as chamadas "milícias", grupos formados majoritariamente por agentes (ou ex-agentes) do Estado, como bombeiros, policiais, militares ou agentes penitenciários.

Para a compreensão deste fenômeno, será utilizado como documento base o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a Investigar a Ação de Milícias no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, que representa uma compilação das apurações realizadas sobre o assunto. Este texto foi entregue pela Assembleia Legislativa do Rio no final de 2008 e, portanto, só contém informações até a data citada. Obviamente, outros dados mais atualizados serão inseridos ao longo da análise.

Esta CPI, instaurada em 2008 e que teve como relator o deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ), representou uma contribuição de suma importância, pois publicizou o fenômeno das milícias. É importante ressaltar, na verdade, que a mesma só veio a acontecer após o episódio de tortura sofrido pelos jornalistas do periódico "O Dia", em 2008, na favela Jardim Batam, em Realengo, Zona Oeste

do Rio²⁶. O projeto proposto por Freixo já existia, mas apenas com a comoção popular causada pela tragédia é que a CPI foi aprovada. Nada, entretanto, reduz o mérito da investigação, que foi responsável pelo indiciamento de 218 pessoas, sem contar os parlamentares acusados.²⁷

Como um preâmbulo inicial, será destacada aqui uma declaração sobre o conceito de crime organizado concedida pelo procurador Antônio Jose Campos Moreira, do Ministério Público, à Comissão Parlamentar de Inquérito. De acordo com o procurador: "Não há crime organizado sem que haja um braço no Estado – braço na polícia, braço no poder político, braço, inclusive, nas esferas de Poder Judiciário, de Ministério Público." Esta definição, primeiramente, ajuda a entender porque o tráfico pode ser compreendido como crime organizado, já que de fato há participação de agentes do Estado. Ademais, também se pode classificar as milícias segundo esta conceitualização.

As milícias são, portanto, redes de quadrilhas que praticam o crime organizado. Para o sociólogo e professor da UERJ Ignácio Cano, existem cinco características principais destes grupos que os diferenciam dos demais:

1. Controle de um território e da população que nele habita por parte de um grupo armado irregular;
2. O caráter coativo desse controle;
3. O ânimo de lucro individual como motivação central;
4. Um discurso de legitimação referido à proteção dos moradores e à instauração de uma ordem;
5. A participação ativa e reconhecida dos agentes do Estado.

²⁶ O sequestro dos jornalistas aconteceu em 14 de maio de 2008. Os três profissionais tentavam realizar uma reportagem sobre a atuação da milícia na região quando foram capturados pelos criminosos e submetidos a horas de torturas físicas e psicológicas.

²⁷ Os parlamentares são: Deputado Estadual Natalino José Guimarães (ex-DEM); vereador no Rio de Janeiro, Jerônimo Guimarães Filho, “Jerominho” (PMDB); vereador, no Rio de Janeiro, Josinaldo Francisco da Cruz, “Nadinho de Rio das Pedras” (DEM); vereador no Rio de Janeiro, Andre Ferreira da Silva “Deco” (PR); vereador, São Gonçalo, Geiso Pereira Turques, “Geiso do Castelo” (PDT); vereadora eleita pelo Rio de Janeiro, Carmen Glória Guinâncio Guimarães, “Carminha Jerominho ” ou “Carminha Batgirl” (PTdoB); e vereador eleito Cristiano Girão Matias, “Girão” (PMN).

Sobre o primeiro aspecto, pode-se afirmar, no que concerne ao controle do território, as milícias possuem diretrizes bem próximas ao tráfico: o objetivo é exercer o domínio em uma área, geralmente nas favelas, de maneira que a autoridade passe a ser representada pelos criminosos, e não pelo Estado. Para tal intento, são utilizados métodos de terror, e é neste sentido que acontece o caráter coativo. O controle, obviamente, não é exercido de forma amigável, caso fosse desta forma, seria acordo, e não domínio. Os moradores são obrigados, portanto, a pagar uma taxa mensal para que os milicianos "protejam" a comunidade. Se não o fazem, são ameaçados sutil ou diretamente. Podem ocorrer punições como castigos corporais, tortura e até morte se os habitantes não concordarem com a imposição.

É essencial lembrar que esta "proteção" é apenas uma desculpa torpe para que os criminosos recebam dinheiro. Na prática, os moradores pagam a fim de não sofrerem represálias dos próprios milicianos. Não é como se houvesse uma ameaça e um grupo se oferecesse para ajudar. Embora as milícias tentem legitimar sua atuação com base nesse discurso, afirmando que protegem as favelas do tráfico, isto é uma falácia, pois o pagamento é apenas em benefício dos criminosos.

E esta é a terceira característica importante sobre as quadrilhas: a motivação maior é o lucro individual. Embora, no caso do tráfico, este também seja um dos pontos principais, há outro fator que ajuda a compreender o porquê dos jovens ingressarem na venda de drogas. O traficante representa uma imagem de poder, e conta com símbolos importantes para tal: armas, mulheres e dinheiro. Já se tratando das milícias, o motivo é mesmo a arrecadação de dinheiro e, para isso, existe toda uma estrutura organizada para que o "negócio" funcione. As formas de lucro, que começaram com a cobrança das taxas de "proteção", rapidamente evoluíram para outros serviços. Nos espaços em que atuam, os milicianos possuem o controle direto da venda de gás, água, TV a cabo e também dominam o sistema de transporte alternativo (vans).

O discurso de legitimação definitivamente difere o tráfico de drogas da milícia. Enquanto o primeiro não possui meios de justificar seu controle armado nas favelas, já que por definição comercializar drogas é ilegal, o segundo constrói

um discurso no sentido de representar um "mal menor". Como foi visto, a população do Rio acompanhou durante as décadas de 1980 e 90 o crescimento do narcotráfico e o conseqüente domínio de criminosos em certas áreas. Devido às diversas guerras entre facções e a violência com que os traficantes agiam, formou-se, com razão, vale frisar, um sentimento de medo generalizado em relação aos mesmos. Valendo-se desta condição, e do fato da cidade estar, no início da década de 2000, sem nenhum projeto de segurança pública que estivesse realmente funcionando, os milicianos conseguiram construir um discurso de legitimação de sua presença, como se os mesmos estivessem promovendo a paz e a ordem nas favelas.

Expressão de que os milicianos não eram vistos como criminosos foram declarações concedidas por políticos em favor destes grupos armados. Em 2007, o então prefeito do Rio César Maia as rotulou como “comitês de autodefesa comunitários” e as classificou de “mal menor” se comparadas ao tráfico de drogas.²⁸

Já em 2006, o atual prefeito do Rio, Eduardo Paes (que iniciava sua carreira política na época), em entrevista ao RJ TV, telejornal da Rede Globo, defendeu a atuação da milícia em face ao controle dos traficantes. Nessa época, esses grupos ainda não eram conhecidos por essa denominação, mas sim por "polícia mineira". Eduardo Paes afirma:

Eu vou dar um exemplo, que as pessoas sempre me perguntam como recuperar essa soberania (do Estado). Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. É um bairro que a tal da "polícia mineira", formada por policiais, por bombeiros, trouxe tranquilidade para a população. O Morro São Jose do Operário, um dos mais violentos desse estado, é agora um dos lugares mais tranquilos. Vila Sape, ali em Curicica. Ou seja, com ação de inteligência, tem como fazer com que o Estado retome a soberania nessas áreas.²⁹

É notório ressaltar, inclusive, a maneira com que o atual prefeito se refere às milícias, "a tal da polícia mineira", demonstrando total falta de conhecimento sobre as mesmas e suas respectivas ações que, já nessa época, eram violentas. Em Rio das Pedras, por exemplo, comunidade localizada na Zona Oeste da cidade, a

²⁸ Notícia disponível no portal O Globo, no seguinte endereço:
<http://oglobo.globo.com/rio/milicias-avancam-pelo-corredor-do-pan-2007-4541223>

²⁹ Vídeo disponível no site YouTube, através do endereço
www.youtube.com/watch?v=nRBInXHeo8Y

milícia agia com truculência e terror desde os anos 90.

Além de produzirem esse discurso de legitimidade, que até Eduardo Paes aceitou, os milicianos se diferem dos traficantes porque são, essencialmente, membros (ou ex-membros) do Estado. O tráfico de drogas conta, claramente, com a participação de atores que são agentes do Estado mas, majoritariamente, seus participantes não ocupam nenhuma posição pública. Já no caso da milícia, são policiais, bombeiros, militares e agentes penitenciários. Muitos destes atores buscam, através do domínio que exercem como milicianos, ocupar cargos públicos como vereadores ou deputados.

Enquanto que, ao receber o suborno de criminosos o policial tenta ao máximo não ser reconhecido, no caso do miliciano o mesmo faz questão de ser identificado como membro do Estado. Isto ajuda a formação da legitimidade da presença do mesmo na favela, porque constrói a ideia de que a área está sendo controlada não por uma quadrilha, mas sim por agentes estatais. Além disso, os moradores ficam ainda mais desamparados no caso de quererem realizar uma denúncia contra a milícia, já que não desejam reclamar da polícia para a própria polícia. Por fim, o domínio destes criminosos também acaba não envolvendo guerras ou trocas de tiros na favela, como era de praxe no controle do tráfico, porque não haverá operações policiais onde um grupo de membros do Estado esteja presente, mesmo que esta atuação seja completamente irregular.

Claramente, esta busca por identificação não exclui o fato de que muitas atividades praticadas por milicianos acontecem de forma clandestina. Para o morador, que está aterrorizado pela presença do grupo armado, o criminoso pode até se declarar policial ou agente do Estado, mas para a sociedade de forma geral, muitos preferem o anonimato. Principalmente nos dias de hoje, já que as ações das milícias estão condenadas publicamente, seus membros costumam possuir ação mais discreta. No início, longe dos holofotes, a tentativa de se afirmar como Estado era mais frequente.

A origem deste fenômeno, que é consolidado e denominado de “milícia” nos anos de 2005/06, repousa sobre diversos fatores. O primeiro que pode ser apontado, já citado aqui, foi o contexto caótico em que estava a segurança pública

na cidade e no estado do Rio de Janeiro. Com muitas favelas dominadas pelo tráfico de drogas, pode-se até afirmar que, de início, houve uma tentativa genuína de policiais tentando proteger os moradores destes criminosos. Entretanto, no momento de se estruturar a organização desta alternativa, começou o viés "empresarial" da iniciativa, e a partir desta mudança a formação de uma quadrilha de crime organizado é configurada. O ânimo de lucro individual, através de obrigar os habitantes de certo local a consumirem os serviços prestados pela milícia, desvirtua qualquer tentativa de proteção sem interesses escusos.

Outro fator que pode ser apresentado como embrião do nascimento de milícias foi a exploração de transporte alternativo, principalmente na Zona Oeste do Rio. Esta área, carente de opções de qualidade para a locomoção, obteve um grande crescimento do número de vans que realizavam ou trajetos onde não havia ônibus ou prestavam um serviço de melhor eficácia, mais rápido, por exemplo. Logo, trabalhar com transporte alternativo se tornou uma atividade muito lucrativa na região, gerando a formação de grupos de interesse. Já com o serviço das vans funcionando, muitos membros destas "panelinhas" decidiram realizar a exploração de outros ramos, e iniciaram assim o controle de comunidades.

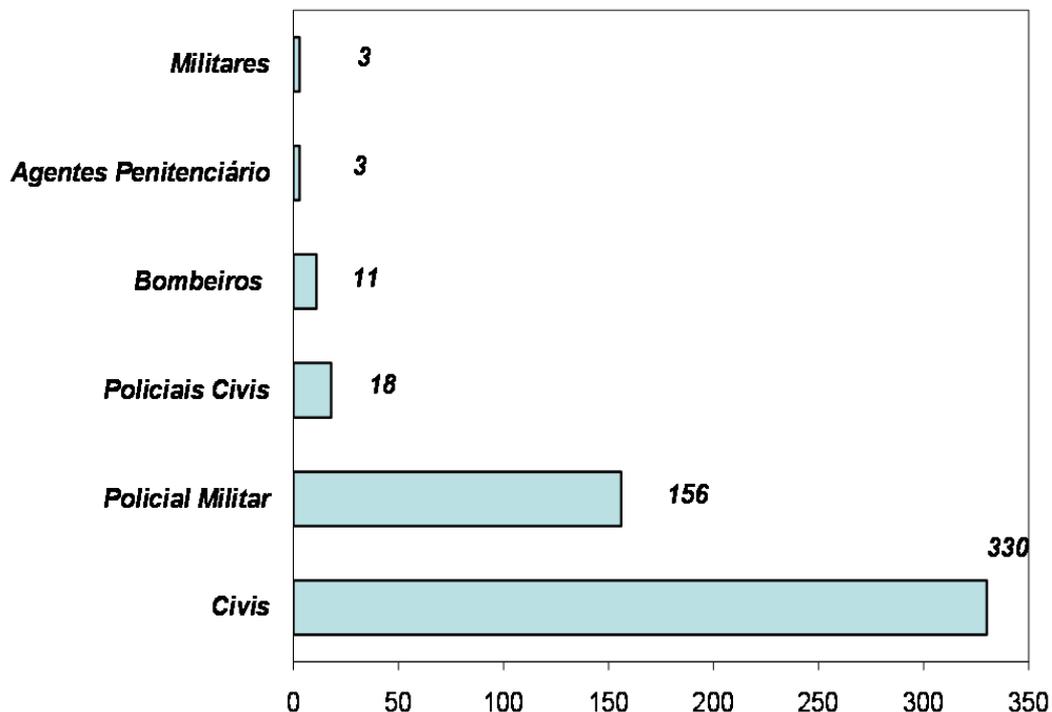
Ademais, a escolha pela segurança privada é uma opção que muitos brasileiros e cariocas fazem desde os anos 1990. O medo de assaltos, sequestros e outras sortes de crime é o que motiva esta busca. Com um Estado ainda tateante em projetos que de fato ofereçam segurança pública de qualidade para a população, esta parece ser uma alternativa razoável, dependendo do caso. Entretanto, sem o desmerecimento daqueles que realizam este tipo de trabalho com honestidade e competência, este também pode ser considerado um aspecto gerador do fenômeno das milícias. Esta ideia de privatização da segurança pública, que tanto já é percebido nas classes mais altas, parece ter chegado nas camadas mais pobres. Porém, no primeiro caso, há uma escolha (simbolizada pela assinatura de um contrato), não é compulsório pagar pelo serviço. Já na segunda situação, as pessoas são obrigadas a contribuir monetariamente com a "proteção", o que retira o rótulo de segurança privada, assegura a denominação em milícia e resulta na submissão do território ao poder paralelo.

É importante também citar outro aspecto: a ação das milícias muito se assemelha ao *modus operandi* de grupos paramilitares de extermínio que atuam em diversas cidades brasileiras, principalmente em periferias. Dentro do estado do Rio, por exemplo, seu principal foco de atividade é na Baixada Fluminense. Como surgiram antes das milícias, podem ser consideradas, portanto, "embriões" do que é hoje este grupo criminoso.

O número de comunidades controladas por milícias no estado do Rio, vale frisar, não apenas na cidade, era de 171, no ano de 2008, segundo dados da Subsecretaria de Inteligência. Na tabela abaixo, que está contida no Relatório da CPI das milícias e também data de 2008, há um panorama de quem são os membros destes grupos:

Gráfico 1: Quantitativo de Milicianos. O diagrama ilustra quem são os milicianos

Diagrama - Quantitativo de milicianos (Fonte: SSI)



É necessário ressaltar que um grande número de civis integram estas quadrilhas. Estes podem ser os próprios moradores das favelas, que acabam decidindo participar das milícias. Outra explicação é que ex-bombeiros ou

policiais também acabam fazendo parte do índice de civis, justificando seu número elevado.

Majoritariamente, as milícias atuam em bairros da Zona Oeste do Rio, como Campo Grande, Praça Seca e a área de Jacarepaguá, que abrange localizações como Anil, Curicica, Gardênia Azul, Rio das Pedras e Tanque. Segundo o que foi apurado pela CPI, a maioria das comunidades controladas por estes grupos não possuía domínio de traficantes anterior à entrada das redes de quadrilhas. Dos 171 lugares em que as milícias estavam presentes em 2008, ano do Relatório, 119 não possuíam facções criminosas, o que representa 70%.

Como já foi comentado, o *modus operandi* da milícia não se diferencia do tráfico em muitos aspectos. Há a presença de homens armados todo o tempo nas áreas controladas e ocorre a intimidação daqueles que não querem colaborar, ou seja, pagar a taxa de "proteção". Comerciantes que não concordam têm suas mercadorias saqueadas e moradores são punidos com castigos corporais, torturas e mortes. Tal como os traficantes, os corpos são colocados em cemitérios clandestinos, a fim de tentar dificultar a atuação da polícia.

Entretanto, como já foi visto, as milícias possuem um grau de organização e sofisticação maior em relação ao tráfico. E neste ponto a penetração de agentes do Estado é fundamental. Enquanto no tráfico, como atividade ilegal que é, não há, pelo menos reconhecido publicamente, políticos envolvidos nas ações, a milícia possui deputados e vereadores eleitos para, assim, perpetuarem seu controle.

Há vários exemplos que corroboram a existência de currais eleitorais em áreas de atuação de milicianos. A região de Campo Grande, na Zona Oeste do Rio, é controlada por um grupo que se denomina "Liga da Justiça" (cujo símbolo, aliás, é um morcego, tal como o Batman). Os políticos Jerônimo Guimarães, o Jerominho, e Natalino Guimarães coordenavam a milícia na região nos anos 2000. Atualmente, ambos estão presos em decorrência das investigações da CPI das milícias. Entretanto, bem antes disso, nos anos de 2000 e 2004, Jeronimo foi eleito vereador pelo PMDB, com 20.560 e 33.373 votos, respectivamente. Deste último pleito, grande parte dos votos, 20.072, foram oriundos de apenas cinco

zonas eleitorais, todas situadas em Campo Grande.

Natalino Guimarães, irmão de Jerônimo, possui situação similar. Foi eleito deputado estadual em 2006 pelo DEM com 49.405 votos, dos quais 27.474 foram advindos também de apenas cinco seções eleitorais, todas na Zona Oeste. Estes números não podem ser interpretados como mera coincidência. Além da concentração anormal de votos, a informação de que ambos os políticos coordenam uma milícia na região aponta para a formação de currais eleitorais nestas áreas.

Prática comum no início do século no Brasil, no período conhecido como República Velha, os currais eleitorais são caracterizados como um fenômeno ocorrido nas áreas em que há coação por parte de determinado político em busca de votos. Para assegurar sua eleição, esta figura, que, na época, era o "coronel", intimida os moradores de certa região a votar no mesmo. Além das ameaças, é comum haver "troca de favores" entre as partes. O político oferece dinheiro, cargos, empregos, e a pessoa cede seu voto.

Tal como ocorria no período da República Velha, em que o lema dos coronéis era "para os amigos pão, para os inimigos pau", os milicianos praticam perseguição política contra aqueles que não colaboram com suas atividades. Noticiado no relatório da CPI, um exemplo dessa situação aconteceu em 2004 quando um morador de Gardênia Azul, chamado Juvaldo Gomes de Oliveira, conhecido como Chico Palavrão, foi morto com um tiro a mando do vereador Cristiano Girão (PMN-RJ) já que se negou a colocar uma placa do candidato no muro de sua casa. Sua mulher, sem contar com nenhum tipo de proteção policial, se negou a depor e o caso foi arquivado.

As milícias surgiram no início dos anos 2000 e pode-se afirmar que atuaram com certa discrição e contando com a leniência do poder público até o ano de 2008, em que o episódio de tortura dos jornalistas e a subsequente CPI instaurada conferiram muita visibilidade a estes grupos. A partir dessa exposição, o governo do Rio implementou o Disque Milícia, em que as pessoas podem telefonar, anonimamente, e denunciar as práticas criminosas destas quadrilhas. Os órgãos de inteligência da polícia também passaram a adotar uma postura mais

combativa e muitos dos líderes milicianos, como Jerônimo Guimarães e Natalino Guimarães foram presos.

Por fim, alguns outros “chefes” foram assassinados, em crimes com todas as características de execuções. Por exemplo, em 2007, o inspetor da polícia Felix Tostes, apontado como o líder da milícia em Rio das Pedras, foi alvejado com 30 tiros quando saía da casa de uma amiga na Barra da Tijuca. Já em 2009, o acusado deste crime, o deputado Nadinho de Rio das Pedras, foi vítima de um atentado na porta de casa. Ele chegou a ser levado ao hospital, mas não resistiu aos ferimentos.

As ações de combate às milícias forçaram as mesmas a mudarem um pouco seu perfil a partir de 2008. A pesquisa intitulada *No Sapatinho: A Evolução das Milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*, publicada em 2012 e escrita pelos sociólogos Ignácio Cano e Thais Duarte, ambos do Laboratório de Análises da Violência (LAV-UERJ), apresenta as novas tendências evolutivas destes grupos. Segundo este documento, dois aspectos do *modus operandi* das milícias se modificaram substancialmente neste período de 4 anos: o discurso de legitimação e a participação de agentes públicos.

Se antes da exposição, havia a tentativa de construir uma fala que justificasse o controle e a presença dos milicianos nas favelas, isto não ocorre mais dado que a opinião pública condena qualquer tipo de defesa destes grupos. Inclusive, a declaração concedida por Eduardo Paes em 2006 se tornou um instrumento para que seus opositores políticos o criticassem bastante, principalmente no período eleitoral. Na esteira deste processo de clamor popular contra as milícias, vale destacar ainda o filme *Tropa de Elite 2*, dirigido por José Padilha e lançado em 2010, que trouxe aos cinemas o *modus operandi* destas quadrilhas. Portanto, em um cenário como esse, os discursos públicos de legitimação foram abandonados, embora dentro das comunidades as milícias ainda tentem justificar sua presença argumentando que realizam a manutenção da ordem nas favelas. Vale frisar que há parcelas de moradores que sempre concordam com as ações por elas praticadas.

Basicamente pelas mesmas razões, também não há mais uma participação tão maciça de agentes públicos nestes grupos. Primeiramente, muitos foram presos ou mortos em conflitos internos. Os que ainda fazem parte das milícias não mais desejam terem seus nomes publicamente revelados, então realizam funções não tão "expostas". A solução encontrada foi, portanto, cooptar civis para fazerem as patrulhas e as vigilâncias dentro destas comunidades. Entretanto, não por acaso, a saída de policiais dos postos de "segurança" ocasionou uma mudança nas práticas milicianas, como atesta a passagem abaixo, extraída da pesquisa *No Sapatinho*:

Nesse sentido, é interessante observar que as milícias talvez estejam se afastando do modelo de domínio territorial exercido pelo tráfico, baseado na ostensividade, e evoluindo na direção do controle social aplicado pelos grupos de extermínio, que não controla os acessos e intervém de forma discreta, embora extremamente violenta.³⁰

Por fim, é importante frisar que, apesar das ações da polícia no sentido de investigar e prender os milicianos, estes continuam controlando diversas áreas da cidade do Rio. Apenas uma, das trinta Unidades de Polícia Pacificadora já instaladas no município, foi direcionada para uma favela que antes possuía domínio de uma milícia. Não por uma mera coincidência, o local escolhido foi o Jardim Batam, em Realengo, onde os jornalistas de *O Dia* foram torturados em 2008. É claro que o controle do tráfico é aterrorizante e deve ser extinto, mas as milícias exercem uma presença totalmente irregular também e igualmente violenta. Ambos os casos se constituem como poderes paralelos.

É sempre necessário questionar quais são as diretrizes de determinada política pública. No caso da relação milícias e UPPs, se nota que as ocupações ainda não chegaram de forma ampla na Zona Oeste, em bairros como Campo Grande e Jacarepaguá. A opção adotada até agora pelo governo de não enfrentamento em áreas controladas por milicianos não é profícua. Tanto estes grupos quanto as facções que realizam o tráfico de drogas são formas de crime organizado, e devem ser tratadas com o mesmo rigor. Como foi visto, ambas trazem inúmeras desvantagens para aqueles que vivem sob seu jugo. Pensar em uma política pública eficaz perpassa pela compreensão de que a cidade do Rio

³⁰ CANO, Ignácio, DUARTE, Thais (Coordenadores). *No Sapatinho: A Evolução das Milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2012.

ainda possui varias áreas controladas por facções criminosas, de características diferentes, mas que em comum possuem o projeto de substituir a autoridade do Estado Democrático de Direito nos espaços em que atuam.